

Educação estética: corpo, infâncias e racismo

Carolina Votto Silva
Antonio Reis de Sá Junior

Carolina Votto Silva

Universidade Federal de Santa
Catarina, UFSC, Brasil

E-mail: cghaia@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-5126-2527>

Antonio Reis de Sá Junior

Universidade Federal de Santa
Catarina, UFSC, Brasil

E-mail: antoniorsjr@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-7486-5531>

Resumo

Este artigo apresenta questões referentes à importância de uma educação estética que leve em consideração o corpo, as infâncias negras e o combate ao racismo estrutural e institucional historicamente situado na sociedade brasileira. A discussão teórica visa a contemplar a importância da representatividade, da relação entre arte, ciência e racismo na obra de Rosana Paulino. Os perigos de uma única história contemplados no pensamento de Chimamanda Adichie. As interlocuções teórico-conceituais na formação das crianças negras tendo como fio condutor o conceito de justiça cognitiva, curricular e social na perspectiva de Nilma Gomes e Marlene de Araújo (2023). Situamos a importância de questionar o conceito de branquitude como categoria social, assim como a formação para uma educação ético-estética e antirracista.

Palavras-chave: Educação Estética. Infâncias. Racismo.

Recebido em: 05/07/2023

Aprovado em: 23/09/2024



Abstract**Keywords:**

Aesthetic
Education.
Childhoods.
Racism.

Aesthetic education: body, childhoods and racism

This article presents questions regarding the importance of an aesthetic education that takes into account the body, black childhoods and the fight against structural and institutional racism historically situated in Brazilian society. The theoretical discussion aims to contemplate the importance of representativeness, the relationship between art, science and racism in Rosana Paulino's work. The dangers of a single story contemplated in the thinking of Chimamanda Adichie. Theoretical-conceptual dialogues in the formation of black children having as a guiding principle the concept of cognitive, curricular and social justice from the perspective of Nilma Gomes and Marlene de Araújo (2023). We place the importance of questioning the concept of whiteness as a social category, as well as training for an ethical-aesthetic and anti-racist education.

Resumen**Palabras clave:**

Educación
estética.
Infancias.
Racismo.

Educación estética: cuerpo, infancias y racismo

Este artículo presenta interrogantes sobre la importancia de una educación estética que tenga en cuenta el cuerpo, las infancias negras y la lucha contra el racismo estructural e institucional históricamente situado en la sociedad brasileña. La discusión teórica tiene como objetivo contemplar la importancia de la representatividad, la relación entre arte, ciencia y racismo en la obra de Rosana Paulino. Los peligros de una sola historia contemplada en el pensamiento de Chimamanda Adichie. Diálogos teórico-conceptuales en la formación de niños negros teniendo como principio rector el concepto de justicia cognitiva, curricular y social en la perspectiva de Nilma Gomes y Marlene de Araújo (2023). Colocamos la importancia de cuestionar el concepto de blanquitud como categoría social, así como la formación para una educación ético-estética y antirracista.

Início do percurso

Na escola, sem Bibiana ao meu lado para me ajudar, minha vida se tornou um tormento. Desde o início, minha mãe avisou à Dona Lourdes, a nova professora, da minha mudez. Ela foi cuidadosa, no começo, e bastante generosa para me ensinar as tarefas. Àquela altura eu já sabia ler, graças muito mais aos esforços da minha irmã mais velha e minha mãe do que da professora sem paciência que dava aula na casa de dona Firmina. Diferente de Bibiana, que falava em ser professora, eu gostava mesmo era da roça, da cozinha, de fazer azeite e de despolpar o buriti. Não me atraía matemática, muito menos as letras de dona Lourdes. Não me interessava por suas aulas em que contava a história do Brasil, em que falava de mistura entre índios, negros e brancos, de como éramos felizes, de como nosso país era abençoado. Não aprendi uma linha do Hino Nacional, não me serviria, porque eu mesma não posso cantar. Muitas crianças também não aprenderam, pude perceber, estavam com a cabeça na comida ou na diversão que estavam perdendo na beira do rio, para ouvir aquelas histórias fantasiosas e enfadonhas sobre os heróis bandeirantes, depois os militares, as heranças dos portugueses e outros assuntos que não nos diziam muita coisa. (Vieira Junior, 2019, p. 97)

Introduzimos nossa reflexão acerca da Educação estética: corpo, infâncias e racismo com a fala de Belonísia, personagem da obra literária *Torto Arado*, do escritor baiano Itamar Vieira Junior (2019). Belonísia, cansada das histórias fantasiosas que uma certa espécie de educação produz, da exaltação de um modelo de herói e a ode ao colonizador presente na cultura que exporta o brasileiro como um “povo cordial e feliz”, manifesta que a escola não lhe chama muito a atenção. Segundo a personagem, a escola fala de uma forma que “não lhe diz muita coisa”. *Torto Arado* nos permite iniciar o percurso conceitual acerca da relação entre estética, corpos negros, mais especificamente as infâncias negras e o racismo estrutural.

Propomos problematizar o papel de uma educação estética e sua importância na formação das crianças negras e seu imaginário ao trazer o diálogo com as obras das artistas Rosana Paulino, Chimamanda Adichie, e as interlocuções teórico-conceituais que implicam em debatermos como essas artistas trazem as feridas da escravização em suas obras. Elas nos permitem refletir como o racismo estrutural e institucional não só constitui a formação do imaginário ocidental, mais especificamente no Brasil, mas como a arte é um caminho para refletirmos como o corpo negro foi tratado tanto pela ciência quanto pelas epistemologias modernas, sendo artífice de experimentação e cobaia para legitimar práticas de violência, eugenia e os mais variados abusos de poder. Não podemos pensar os corpos das infâncias negras sem olharmos para os seus antepassados, como a corporeidade desses sujeitos foi tratada secularmente pelas ferramentas do conhecimento científico, artístico e jurídico.

Nesse contexto, primeiramente buscamos problematizar a obra da artista Rosana Paulino ao resgatar a sua fala, que se apropria da história da escravização para ressignificá-la à luz das linguagens artísticas e demonstrar que a história não é neutra e que devemos desconfiar da narrativa dos vencedores. Paulino enuncia que escolheu a arte para dizer o que sente e pensa. Escolheu a arte para dizer dos abusos que seus ancestrais historicamente sofreram e sofrem. Por isso, não podemos desconsiderar a necessidade de olharmos para o conceito de branquitude e suas categorizações sociais. Bárbara Carine Soares Pinheiro (2023), em *Como ser um educador antirracista*, explora como no Brasil o racismo não é genético, mas sim fenotípico, é pela estética que as crianças negras ao nascer são talhadas para viver ou morrer. Combater esse imaginário desumanizador é tarefa de uma educação ético-estética.

Em um segundo momento, tencionamos a leitura de Chimamanda Adichie acerca da superação de uma única história, a importância da pluralidade de histórias como processo de humanização dos povos e suas diferenças, não existe um único corpo, assim como não existe uma história unívoca. Em um terceiro momento abordamos a formação das crianças negras e suas infâncias em ressonância com Nilma Gomes e Marlene de Araújo (2023), que abordam o conceito de justiça cognitiva, curricular e social. Compreendemos que o currículo escolar não se constitui de uma imparcialidade ideológica, epistêmica e estéril, evidenciando que as consequências disso para a formação das crianças negras e suas infâncias são devastadoras. Esperamos caminhar em direção a uma formação estética que cada vez mais humanize os sujeitos na direção de uma educação pautada nas relações étnico-raciais.

“Eu só consigo falar do que me incomoda, por isso escolhi a arte para dizer”

Extraímos o título de nossa introdução da fala da artista brasileira Rosana Paulino, ao defender a escolha de trabalhar esteticamente para lidar com as questões de sua vida, principalmente a denúncia e a crueldade advindas do racismo estrutural e histórico presente na cultura brasileira. Na prerrogativa de humanizar no viés da arte corpos historicamente desumanizados, Paulino encontra no fazer estético formas de dar aos corpos negros sacrificados pela escravização: histórias, memórias e afetos. Poderíamos relacionar a experiência estética presente na obra da artista com a maneira que as crianças negras percebem seus corpos representados em sua formação. Ainda, seria possível estender nossa reflexão para pensarmos se esses corpos infantis se sentem representados nos espaços educativos, se suas infâncias são humanizadas no contingente de referências culturais vivenciados nesses lugares? Quais histórias são contadas para que essas crianças se sintam pertencentes com seus corpos e afetos em uma cultura que as hostiliza antes mesmo de nascerem?

Nós nos apropriamos da arte para pensar a possibilidade de uma educação antirracista como prerrogativa para identificarmos como os corpos das crianças negras são historicamente desumanizados e destituídos de representatividade diante de uma cultura eurocêntrica e fundamentada nos preceitos de uma branquitude. Sendo esta uma categoria social que expressa, nas palavras de Bárbara Carine Soares Pinheiro, em como ser um educador antirracista (2023, p. 55) se constitui historicamente pelo privilégio das pessoas brancas em alçar as esferas sociais e dominar as instâncias de poder: “branquitude, um termo cunhado pela teoria crítica da raça para refletir a racialização das pessoas brancas a partir dos privilégios que as unificam”. A autora ainda manifesta que o racismo no Brasil se apresenta não pela genética, mas pelo fenótipo, pela cor da pele, pela estética é a aparência que se constrói na vida e no imaginário acerca e nas pessoas negras:

O termo branquitude não se refere às pessoas em suas singularidades; trata-se de uma categoria social, que se refere a um lugar de vantagens simbólicas, subjetivas e materiais disponíveis para as pessoas identificadas como brancas em uma sociedade onde o racismo é estrutural. Essa identificação no Brasil é fenotípica, ou seja, se dá pela estética, e não pela constituição genética (genótipo). (Pinheiro, 2023, p. 40-41).

Mais adiante, Pinheiro (2023, p. 55-56) destaca como os privilégios da branquitude e seus acessos sociais determinam uma “espécie de universalização dos privilégios dos brancos socialmente:

Branquitude não é necessariamente sobre a cor da pele, mas sobre os acessos sociais que a cor da pele garante. É sobre a boa aparência para todos os empregos, é sobre ocupar todos os lugares de poder, é sobre possuir a estética da beleza e da credibilidade. Nesse intuito, a branquitude é um conceito dialético que articula o lugar de sujeito universal branco com os privilégios que beneficiam todos/as integrantes deste coletivo. (Pinheiro, 2023, p. 55-56).

Escolhemos pensar por imagens, pois é assim que o imaginário racista constrói a desumanização dos corpos negros, começa pela pele e se estende pelos valores instituídos social e culturalmente. Dessa forma, artistas como Rosana Paulino e Chimamanda Adichie, por exemplo, nos auxiliam na elaboração de uma sensibilidade que nos permite tencionar criticamente as representações e narrativas desses corpos na cultura ocidental. Uma formação que denuncie o racismo de cada dia perpassa por questionarmos as naturalizações históricas que os corpos negros enfrentam cotidianamente, qual é o papel da arte e da educação no processo de humanização das infâncias negras?

A artista paulista Rosana Paulino foi considerada uma das primeiras artistas negras no Brasil a ter visibilidade de seu trabalho ao concentrar em sua estética questões de raça, gênero e classe. Inscrita na arte contemporânea e no manuseio das linguagens poéticas da gravura, desenho, costura, fotografia híbrida, Paulino tece um potente diálogo entre ciência e arte; entre eugenia e crueldade; entre educação estética e humanização dos corpos negros em uma sociedade talhada pelo

preconceito racial, silenciada diante de tamanhas crueldades acometidas por conta de um imaginário racista e segregacionista.

Em seu livro de artista intitulado *¿História Natural?*, de 2016, e sua série *Assentamento*, de 2013, Paulino, pelo viés da colagem de imagens históricas, possibilita refletirmos sobre o processo de escravização brasileiro, assim como utiliza livros de história natural do período da colonização no Brasil para questionar o papel da ciência na manutenção e racionalização do racismo. É preciso ressaltar que a artista não possui uma postura negacionista em relação à ciência, muito pelo contrário, sua questão é acerca do papel ético da ciência em relação à contribuição no enaltecimento de práticas racistas, como a eugenia perpetuada no século XIX.

Entre os anos de 1865 e 1866, o cientista zoólogo criacionista suíço Louis Agassiz¹ encomendou de Augusto Stahl fotografias de africanos escravizados no Brasil. O objetivo de Agassiz era catalogar os biotipos dos povos africanos para comprovar sua tese de superioridade da etnia branca. Stahl vivia no Rio de Janeiro e, assim como encomendado, produziu uma série fotográfica que dissecava os corpos africanos em três posições: frente, perfil e costas. Pouco mais de um século após os retratos, a artista visual Rosana Paulino produziu a exposição *Assentamento*, no *Museu de Arte Contemporânea Americana*, que se utilizava das fotos retiradas por Stahl para reatualizar o paradoxo do poder: as fotos que objetivavam comprovar a inferioridade do negro, passaram a potencializar, em um mundo pós-colonial, a fala e a imagem como possibilidade de denúncia e ruptura da linearidade da narrativa europeia a partir do próprio africano escravizado” (a experiência do corpo colonial nas obras “Assentamento” e “É possível ser tão feliz?”). (Paulino, 2013).

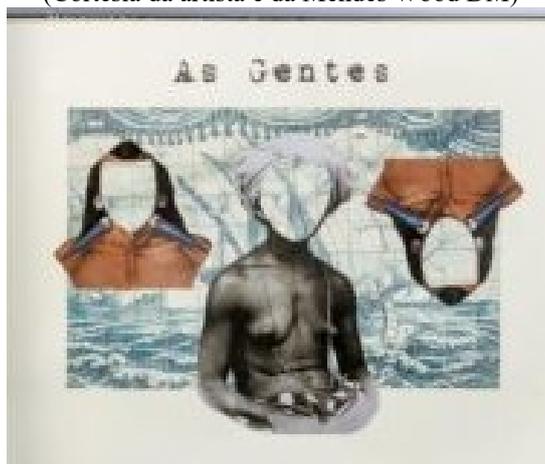
É possível percebermos que não há nada de natural nas práticas eugenistas, como a própria Rosana destaca, trata-se de naturalizar a desumanização do outro para subordiná-lo à condição de objeto vulnerável ao poder do colonizador. Aqui, principalmente, o homem branco europeu. Ou seja, a construção narrativa do imaginário perpetuado pelo homem branco europeu.

Naturalmente fui me interessando pela ideia da visualidade e da visibilidade negra, da representação, em especial pela fotografia. E aí entra também a documentação dos artistas viajantes, por exemplo. Minha série *¿História Natural?*, por exemplo, o nome já diz tudo. Nada menos natural do que a classificação do outro, dos seres, da fauna e flora. A gente tem que olhar para essa construção que foi feita e que inclusive ainda é usada para justificar uma falsa inferioridade da população negra. E não temos como pensar o país sem levar isso conta, varrendo para debaixo do tapete. (Paulino, *Ancestralidade, território e ciência*, 2022, s.p.).

¹ Professor da Lawrence School, ramo da Universidade Harvard, e fundador do Museu de Zoologia Comparada da mesma universidade, Agassiz era o mais notável e popular cientista da América do Norte, defensor do criacionismo, do poligenismo, adepto da teoria da degeneração das raças e um opositor feroz do evolucionismo. Após a publicação de *A origem das espécies* (1859), de Darwin, porém, seu prestígio passou a ser questionado por jovens naturalistas americanos que rejeitavam suas interpretações teológicas e racistas. Ele então abraçou com entusiasmo a chance de vir ao Brasil com o objetivo de pesquisar os peixes da bacia amazônica para provar a “falácia” das teses darwinistas *As fotos secretas do professor Agassiz*. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-fotos-secretas-do-professor-agassiz/>. Acesso em: 15 abr. 2023).

Rosana Paulino, além de artista é professora, compreende que as imagens nos contam histórias que perpetuam valores e estigmas, pela lente artística escolhe contar a história da escravização colonial no caminho de humanizar os corpos representados historicamente pela ciência. Em história natural escreve o livro como no espanhol representando tanto um questionamento como uma exclamação, utilizando-se da técnica da gravura linóleo, do desenho, da costura, da impressão digital, reescreve as imagens pela cesura propiciada pela costura. Em assentamento² reescreve os corpos desumanizados das fotografias dos livros de ciências do século XIX, interferindo nas imagens ao desenhar órgãos humanos nos corpos nus e destituídos de humanidade, ao interferir na frieza das imagens, Paulino devolve os afetos, a história, a memória e os insere como sujeitos na história da colonização. A costura se insere como mais que uma técnica, mas sim uma herança de família é o elo afetivo para a tessitura necessária de resignificação desses corpos.

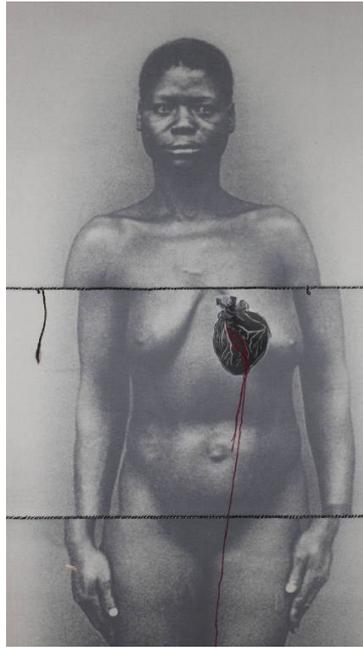
Imagem 1: Foto de Isabella Matheus
(Cortesia da artista e da Mendes Wood DM)



Rosana Paulino, trabalho série *¿História Natural?*, 2016

Disponível em: <https://revistausina.com/2023/04/11/historia-natural/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

² Assentamento, instalação concebida por Rosana Paulino, é formada por múltiplos elementos e linguagens e, como em sua montagem original, ocupou um espaço exclusivo da retrospectiva tanto na Pinacoteca de São Paulo em 2018 quanto no MAR em 2019: um permanente ruído de mar, pequenas fogueiras armadas sobre paletes no chão, onde pedaços de braços se misturam a gravetos, e telas que exibem vídeos com imagens de mar. Em meio a esta composição visual e sonora estão, em total destaque, três reproduções de fotografias da coleção Agassiz que registram uma mesma mulher (Cunha, 2019, p. 5).

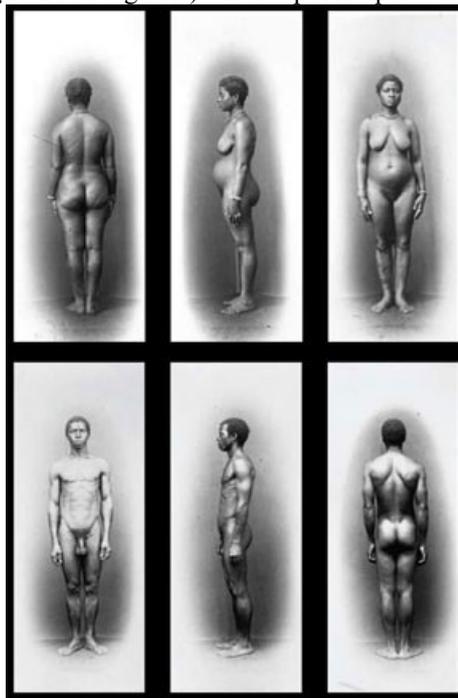
Imagem 2 Detalhe da obra *Assentamento*, de Rosana Paulino, 2013

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/12/rosana-paulino-costura-ciencia-mulheres-e-negros-em-mostra-na-pinacoteca.shtml>. Acesso em: 12 mar. 2023.

Mais adiante podemos perceber como a imagem tem historicamente um poder formativo potente, principalmente a fotografia considerada em meados do século XIX como um meio de registro científico. Não podemos esquecer que o contexto oitocentista traz em seu bojo o enaltecimento da ciência, os modelos positivistas e as grandes expedições. Paulino se apropria da expedição do zoólogo suíço Louis Agassiz (1807-1873)³ que empreendeu um estudo a partir da fotografia para comprovar sua teoria racista da distinção das raças. A técnica do daguerreotipo como legitimação das práticas eugenistas. A história da racialização pelas imagens é transfigurada na obra de Rosana Paulino, ao capturar as imagens eugenistas dos viajantes europeus e norte-americanos as terras brasileiras, a artista retira a frieza objetual e cruel do uso e manipulação de um suposto pensamento científico e insere a parcela de humanidade aos corpos negros, principalmente os corpos das mulheres negras.

³ Conforme “*As fotos secretas do professor Agassiz*”: “Passeando pelo éden amazônico, a Expedição Thayer, com apoio dos governos americano e brasileiro, devassaria a Amazônia, apropriando-se dos peixes, das rochas e capturando imagens dos mestiços e mestiças da região, fotografados nus em poses dúbias, congelados como exemplos da degeneração racial, em nome da construção de um inventário dos perigos da miscigenação”, continua Maria Helena. Agassiz havia se tornado o principal divulgador de uma ciência idealista e cristã, que reafirmava o criacionismo ao mesmo tempo que usava uma linguagem “vanguardista”, cheia de nomes técnicos e alusões a procedimentos científicos. “Se por um lado ele se alinhava no campo dos adeptos da ciência empírica como chave do conhecimento, ao mesmo tempo se reconciliava com as visões metafísicas e religiosas que buscavam interpretar, no livro da natureza, os designios divinos” (Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-fotos-secretas-do-professor-agassiz/>. Acesso em: 30 fev. 2023).

Imagem 3 Augusto Stahl, Série de daguerreotipo de africanos, classificados como “tipos raciais puros”. Rio de Janeiro, 1864 (Coleção Louis Agassiz). As três poses típicas das fotos de Agassiz⁴



Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-fotos-secretas-do-professor-agassiz/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

O racismo científico⁵ exposto nos daguerreotipos de Stahl encomendados por Agassiz produzem profundo incômodo e revolta, dessa forma, Paulino expõe em sua obra *Assentamento* a importância de reconhecermos uma “memória racial instituída” e a importância de sermos críticos diante dos artefatos da história. Eles precisam ser lidos, relidos e narrados a partir de outros prismas e sujeitos.

Os assentamentos integram o universo litúrgico e ritual mais restrito dos cultos afro-brasileiros. Embora sumariamente referidos como ‘representação’ de um orixá na fisicalidade do mundo, na perspectiva matriz iorubana o assentamento (igbá) é um continente (originalmente seria uma cabaça) com os conteúdos específicos da divindade. Ao mesmo tempo, o assentamento é território e é ponte, elo, ligação entre mundos, depositário da continuidade àiyé-òrun, em práticas religiosas que, alerta Machado (2018, p.

⁴ Agassiz aproveitou a sua estada para recolher provas materiais da “degeneração racial” provocada pelo “mulatismo”, comum na população brasileira, fortemente miscigenada. O resultado foi uma série de 200 imagens, conservadas no Museu Peabody de Harvard, em sua maioria inéditas devido ao seu conteúdo polêmico: retratos nus da população africana do Rio e dos tipos mestiços de Manaus.

⁵ Bárbara Carine Soares Pinheiro, em sua obra *Como ser um educador antirracista* (2023, p. 38-39), esclarece o papel da ciência, da igreja e da filosofia no racismo institucional do século XIX: “Testes craniométricos e medidas com paquímetros de tamanhos de nariz, maxilar etc. estabeleceram traços immanentemente negroides e os associaram à raça negra, que era caracterizada por ter regiões cerebrais de maior propensão à obediência e à subserviência que ao intelecto e a autonomia, por exemplo. [...]. Nesse sentido, as ciências biométricas desumanizaram, fundamentalmente, pelo atributo do intelecto, as pessoas negras – uma vez que no constructo ocidental a definição de humano está associada à sua racionalidade, e a própria ciência nos destituiu dela. Animalizaram as pessoas negras e nos reduziram a um corpo, caracterizando-nos por tudo aquilo que um corpo destituído de pensamento – na perspectiva dual ocidental – é capaz de oferecer: sexo e sua força de trabalho. Um corpo também cobaia de testes e experimentos científicos, um corpo-propriedade, não pertencente a si”.

48), “envolvem visões de mundo em que o material e o imaterial, o visível e o invisível não se dão como domínios separados um do outro, mas como imanentes entre si”. (Cunha, 2019, p. 4).

Não obstante a importância de pensarmos a obra da artista Rosana Paulino vinculada à educação e mais precisamente os corpos infantis, como historicamente o corpo negro é tratado, seja na ciência ou na sociedade, uma reflexo da outra. Os processos histórico-culturais nos permitem refletir como os corpos das crianças negras e suas infâncias são atravessadas pelas imagens que se produzem delas e como estas se enxergam no contexto racista. Neste contexto, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie em seu texto: *O perigo de uma única história* nos conta como a narrativa de uma história dos “vencedores” perpetuada pela branquitude a formou distante da sua cultura e de seus gestos, nigeriana que cresceu em uma família de pais trabalhadores de classe média.

Os perigos de um único corpo – Os perigos de uma única história

Chimamanda Ngozi Adichie teve acesso à cultura norte-americana tomada como universal, esse é um dos perigos de uma cultura massificada exportada como a única e a melhor. Chimamanda cresceu no universo da cultura pop que retratava meninas brancas de cabelos lisos, histórias literárias de confrontos e costumes britânicos que tomavam “cerveja com gengibre”, algo que ela desconhecia desde sempre, mas que parecia mais íntimo dela do que seu próprio cotidiano. Uma única história nos retira o que podemos ter de mais potente, nossa formação nos constitui como sujeitos, se nos retiram a possibilidade de nos reconhecermos em nossa história, corpos e imagens dificilmente conseguimos produzir emancipação diante daquele que nos explora.

Adichie narra neste texto a difícil tarefa de superar uma única narrativa, além de desconstruir para o outro, o que seria o continente africano visto do lado branco como um “país selvagem e subalterno”, e se essa é uma visão muito próxima a que somos formados a ter em nosso país, como historicamente os corpos negros são tratados, retratados e subvalorizados em nossa cultura? Quando uma criança negra nasce, qual é o destino traçado para ela desde a maternidade? Podemos evidentemente identificar que o seu corpo traça o seu destino, a sua corporeidade traz o repertório do que uma sociedade escravocrata incide que deve ser a sua vida, sem ao menos ela balbuciar uma única palavra, o discurso se apresenta pronto mediante seu corpo. Como essa criança irá narrar os seus personagens e construir as suas fantasias se seu repertório está tão distanciado de sua realidade e sua cultura, como se apropriar sem se sentir reconhecido, sem possuir referências que não sejam aquelas que a exclui?

Quando comecei a escrever, por volta dos sete anos, histórias com ilustrações em giz de cera, que minha pobre mãe era obrigada a ler, eu escrevia exatamente os tipos de histórias que eu lia. Todos os meus personagens eram brancos de olhos azuis. Eles brincavam na

neve. Comiam maçãs. E eles falavam muito sobre o tempo, em como era maravilhoso o sol ter aparecido. Agora, apesar do fato que eu morava na Nigéria. Eu nunca havia estado fora da Nigéria. Nós não tínhamos neve; nós comíamos mangas. E nós nunca falávamos sobre o tempo porque não era necessário. Meus personagens também bebiam muita cerveja de gengibre porque as personagens dos livros britânicos que eu lia bebiam cerveja de gengibre. Não importava que eu não tivesse a mínima ideia do que era cerveja de gengibre. E, por muitos anos depois, eu desejei desesperadamente experimentar cerveja de gengibre. Mas isso é uma outra história... A meu ver, o que isso demonstra é como nós somos impressionáveis e vulneráveis face a uma história, principalmente quando somos crianças. Porque tudo que eu havia lido eram livros nos quais as personagens eram estrangeiras, eu convenci-me de que os livros, por sua própria natureza, tinham que ter estrangeiros e tinham que ser sobre coisas com as quais eu não podia me identificar. (Adichie, 2009, p. 7).

Podemos extrair a fala de Chimamanda e imaginar uma criança negra no contexto de um espaço educação infantil, que muito recentemente começa a ter a representatividade de diferentes culturas em livros, brinquedos, brincadeiras, bonecos e bonecas. Mas que ainda predomina a estética da branquitude, que ainda podemos perceber práticas racistas que ocorrem entre as crianças e que precisam urgentemente saltar mais ao olhar sensível dos docentes.

Não educamos crianças para serem antirracistas, se não tivermos corpos docentes preparados para uma luta antirracista. O reconhecimento das diferenças e seus corpos necessita urgentemente estar presente na formação humana, principalmente no que se refere a práticas que evidenciam o racismo estrutural e institucionalizado nos espaços sociais e de educação. Por isso, a importância de não reconhecemos uma única história, como nos salienta Adichie, reconhecer as diferentes histórias é um primeiro passo para o exercício da alteridade e da equidade social. Conhecer as muitas histórias que compõem um povo e suas culturas pode ser um viés para uma educação emancipadora que visa a humanizar os sujeitos em sociedade, pois se consideramos somente alguns corpos como seres humanos, banalizamos a vida dos tantos outros não reconhecidos nesse processo. “As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (Adichie, 2009, p. 14).

Sempre senti que é impossível se envolver direito com um lugar ou uma pessoa sem se envolver com todas as histórias daquele lugar ou daquela pessoa. A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos. (Adichie, 2009, p. 14).

Uma educação que valoriza as diferenças permite que o processo de formação das infâncias e principalmente das crianças negras seja no mínimo humanizador. Não é à toa que Rosana Paulino e Chimamanda Adichie, duas artistas que escolheram falar de sua história através da arte, a primeira no campo das artes visuais e a segunda com a literatura, exploram a imagem de como a criança e a

cultura negra são retratadas na cultura ocidental. Paulino destaca as crueldades do processo de escravização; Chimamanda realça a imagem que é construída na infância das crianças africanas e como outros países enxergam e reproduzem uma visão preconceituosa e pejorativa do continente africano.

Formação das crianças e infâncias negras

Nilma Gomes e Marlene de Araújo (2023) abordam no artigo *Infâncias e relações étnico-raciais: a tensa luta pela garantia de direitos em tempo antidemocráticos*, conceitos que são de suma importância para pensarmos a formação das crianças negras e uma educação pautada nas relações étnico-raciais. Introduzem a discussão enaltecendo como as crianças têm se relacionado com o processo de desumanização que sofremos ao longo de uma pandemia e de uma perda considerável de direitos? Não podemos esquecer que a infância é uma categoria social, pois como já mencionamos existem diferentes crianças e suas infâncias. Inclusive, no processo de educação brasileira isso se faz notável, por isso é de suma importância conquistas como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe: A divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. (MEC, 2004, p. 10).

Dessa forma, Moraes e Araújo (2023) asseveram a importância de elencarmos a justiça cognitiva, social e curricular na formação das escolas brasileiras. A justiça cognitiva permite que os conhecimentos aprendidos levem em consideração não somente a narrativa de uma história única, como nos colocou Chimamanda e Paulino, mas, sim, que seja disponibilizado o arsenal da diversidade cultural a todos os sujeitos, e não somente o estudo e aprimoramento de uma única cultura: “Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática” (Brasil, 2004, p. 14).

Essa persistência do imaginário racista que desqualifica os corpos negros em suas produções intelectuais e culturais, é o que precisamos combater com uma justiça cognitiva, que como Moraes e Araújo explicam:

Considerando que quaisquer mudanças significativas no âmbito da escola passam – ainda que se considere um conjunto de fatores históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos – pelas intervenções nas formas de ver o mundo e o processo formativo dos sujeitos. Essas formas de ver o mundo precisam ser indagadas, pois são instância de formação – é necessário se predispor a isso enquanto formadores (as). Indagar por que nos inserimos numa sociedade caracterizada pela exclusão de diferentes formas constituindo as desigualdades, a perversidade das perspectivas coloniais ainda existentes na estruturação dos currículos escolares e dos modos de viver e conceber o mundo, o racismo, as violências relacionadas ao gênero, étnico-racial, religiosa, social, entre outras. (Moraes; Araújo, 2023, p. 41).

Essas são indagações fundamentais para os sujeitos envolvidos com a formação humana, as intervenções nas formas de ver o mundo permitem a construção de uma forma justa de acesso e relação com os conhecimentos produzidos pela humanidade, os conhecimentos são plurais, não univitalícios. Por isso, a justiça curricular pode se “constituir como um caminho possível na busca de um lugar teórico de legitimidade dos estudos que abordam essa temática, principalmente aqueles produzidos pelas mulheres negras e pesquisadoras” (Moraes; Araújo, 2023, p. 42). Além disso, essas indagações nos possibilitam questionar e agir de maneira mais efetiva nas desigualdades que afetam a vida das crianças negras e suas infâncias. Analisar as práticas racistas e combatê-las sob o prisma de um currículo que reconheça as diferenças e se mantenha como um organismo vivo possível de ser transformado e questionado criticamente. Por isso, a justiça curricular empreende a busca de um currículo escolar como ferramenta de superação das desigualdades sociais (Ponce; Neri, 2015):

Três dimensões fundamentais: a do conhecimento necessário para que os sujeitos do currículo se instrumentalizem para compreender o mundo e a si mesmos nele; a do cuidado com esses sujeitos envolvidos no processo pedagógico de modo a garantir que todos tenham condições dignas para desenvolver-se; e a da convivência democrática e solidária promovida na escola. (Ponce; Neri, 2015, p. 333).

Nesse entendimento é imprescindível refletirmos que lugar ocupam as crianças e infâncias negras, no espaço da sala de aula, como suas vivências são respeitadas e consideradas como espaço de saber e pertencimento. Segundo Nilma Moraes (2023, p. 47), a justiça cognitiva ocupa um espaço central ao considerar a necessidade de “desmistificar a ideia de produção única de conhecimentos”. Sendo a compreensão de justiça cognitiva esse “espaço de relação que gera respeito entre os distintos saberes, oriundos de diversos contextos e que desconsidera hierarquias, privilégios e desigualdades” (Moraes, 2023, p. 48), trazendo a possibilidade de abrir o saber nas palavras de Moraes “à diversidade epistêmica no mundo”.

O conceito de justiça curricular, ao pautar-se na justiça social, possibilita a compreensão não somente do currículo como produto e processo, mas, principalmente, da vida dos sujeitos que estão na escola na sua diversidade de classe, gênero, de raça e de orientação sexual. Considera a relação de tensão que essas identidades ocupam na conformação do

conhecimento, no cotidiano, nas imagens e autoimagens que os docentes e discentes constroem uns dos outros e de si mesmo. (Gomes, 2019, p. 1026).

Com isso, destacamos a importância de uma formação pautada nos princípios da justiça cognitiva, curricular e social, trata-se também de construir práticas antirracistas no processo formativo docente. As discrepâncias nas oportunidades de acesso ao ambiente educacional, associadas ao racismo vivenciado internamente nesses espaços, afetam a trajetória do desempenho acadêmico de crianças e adolescentes. As taxas de absenteísmo escolar crônico afetam desproporcionalmente crianças negras, com destaque para aquelas que vivem na pobreza. Conforme Allison e Attisha (2019), a dinâmica entre professores e crianças é determinante na performance acadêmica em todas as idades e séries, podendo influenciar sua progressão, na alfabetização, nas habilidades matemáticas, na média de notas e na adesão escolar. É importante explorar a natureza crítica desta relação na lógica de como o racismo, implícito e explícito, afeta essa dinâmica. O “olhar racista” do avaliador pode interferir na probabilidade de o aluno receber uma avaliação pior por seu comportamento ou desempenho, em que esse professor constrói a imagem do outro baseada em atributos físicos⁶.

Em termos ilustrativos, apresentamos dados de uma pesquisa desenvolvida pelo Departamento de Educação dos Estados Unidos (2013-2014)⁷ que apresenta que crianças negras são suspensas três vezes mais e expulsas 1,9 vez mais que as brancas. Já na população brasileira que tem, principalmente, a sua origem destacada pela ancestralidade baseada em povos africanos, europeus e nativos da América, também denominados povos originários, existe uma disparidade significativa nas taxas de mortalidade entre filhos de mães de diferentes grupos étnicos no Brasil, em que filhos de mães indígenas apresentam 98% mais chances de morrer que filhos de mães brancas nos primeiros 5 anos de vida. A mortalidade com menos de 5 anos de idade se mostra 39% maior entre filhos de mães negras e pardas que entre filhos de mães brancas⁸.

Não podemos ignorar as consequências devastadoras desses dados para as crianças e as infâncias negras, assim como esses números ainda pertencem a uma curva crescente. Recém saímos de uma pandemia e de uma experiência de governo de extrema-direita que desmantelou diversas políticas públicas que atendiam as populações negras, indígenas, LGBTQIAPN+, mulheres. As implicações subjetivas do impacto do racismo na vida das crianças negras são evidentes, por isso, quando nos referimos à importância de pensarmos os corpos, a formação desses sujeitos na

⁶ Segundo BATES, L.A.; GLICK, J.E. Does it matter if teachers and schools match the student? Racial and ethnic disparities in problem behaviors. *Soc Sci Res.*, v. 42, n. 5, p. 1180-1190, 2013.

⁷ US DEPARTMENT OF EDUCATION. Office on Civil Rights. **2013-2014 civil rights data: a first look**. 2016. Disponível em: <https://www2.ed.gov/about/offices/list/ocr/docs/2013-14-first-look.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

⁸ Os dados foram extraídos de: REBOUÇAS, P. *et al.* Ethnoracial inequalities and child mortality in Brazil: a nationwide longitudinal study of 19 million newborn babies. *Lancet Glob Health*, v. 10, n. 10, p. e1453-e1462, 2022.

perspectiva da representatividade estética, é trazer artistas que nos permitem ressignificar essas experiências à luz de duas décadas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais.

Quando deslocamos essas questões para o espaço escolar, principalmente relativo às infâncias, percebemos a necessidade de construir um olhar sensível e observador do corpo docente, no que tange às práticas racistas. Por exemplo, nas brincadeiras das crianças, qual o papel que é designado às crianças negras, como elas são tratadas? Mais uma vez se percebe como as questões fenotípicas assumem um espaço de preponderância. Soares *et al.* (2023) destacam em seu artigo *Lutas antirracistas: a voz de meninas negras na Educação Infantil* um exemplo muito comum do cotidiano escolar, aqui mais especificamente da educação infantil, em que o racismo estrutural aparece e que historicamente são situações que podem passar despercebidas se não tivermos o olhar atento da(o) professora(o).

A professora relata que no momento do parquinho observou um grupo de cinco crianças que escolheram brincar de casinha. Nesse grupo, estavam duas meninas brancas, duas meninas negras, um menino negro. Uma das meninas negras é negra retinta. No começo da brincadeira, Dandara, a menina negra, comprou uma casinha e chamou os colegas para morarem juntos. Todas as meninas e o menino concordaram de imediato com a proposta. Então Dandara passou a organizar a casinha, buscando objetos na caixa de brinquedos. Cibele, uma criança de pele branca, cabelos lisos e compridos, chamou as colegas e disse para Dandara: “Você vai ser a empregada da casa”. Dandara imediatamente disse aos colegas: “Eu não vou ser a empregada. A casa é minha, e pronto”. As meninas tentaram por alguns minutos convencer Dandara de ser a empregada da casa. No entanto, Dandara, de forma assertiva, disse que não seria a empregada. Logo após esse embate, Dandara – a menina de pele retinta – e Paula – negra menos retinta – procuraram a professora. Dandara disse: “Professora, elas querem que eu seja a empregada”! Dandara disse ainda: “A casa é minha, eu as convidei para morarem comigo e agora querem que eu seja a empregada da minha casa? Não vou! Logo após essa conversa, Paula disse: “Eu vou ser a rainha”. (Soares *et al.*, 2023, p. 149-150).

Logo após a busca por intervenção da professora, a mesma questionou ao grupo por que Dandara deveria ser a empregada⁹, todos meio sem graça e rindo não responderam – o que já

⁹ Segundo Angela Davis em Conferência realizada no dia 13 de dezembro de 1997, em São Luís (MA), na Iª Jornada Cultural Lélia Gonzales, promovida pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão e pelo Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza (p. 2): Mesmo quando a gente olha a situação da mulher negra em Hollywood observamos que ela desempenha um papel que lembra a "Mãe Preta". Os papéis desempenhados por Whoopi Goldberg, por exemplo, quase sempre são de personagens que facilitam a relação entre pessoas brancas ou que iniciam crianças brancas na maturidade. Um outro ponto que gostaria de abordar é o fato de que, quando as mulheres negras adquirem mais visibilidade, sempre se trata de mulheres de classe média. Gostaria de voltar ao século XIX, quando existiam clubes de mulheres negras que utilizavam o seguinte slogan: "Puxar para cima enquanto a gente avança". Isso para explicar a relação atual entre as mulheres negras de classe média e as pobres a partir de um novo projeto. Hoje, nos EUA, em função do crescente empobrecimento, as mulheres negras pobres são responsabilizadas pela sua própria miséria. As mães solteiras geralmente estão nos serviços da Previdência Social e são colocadas como as reprodutoras da pobreza e da marginalidade. Disponível em: https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/?amp=1&gclid=Cj0KCCQjwho-IBhC_ARIsAMpgMofn0npuCdLH39BPPRW8iC_DXjDeJeBIHknVQRIA3OJmZfhZfqtkh-AaAqw2EALw_wcB. Acesso em: 12 maio 2023.

sabemos a resposta. As crianças estão imersas no racismo seja em sua reprodução ou na própria consciência racial (como é o caso de Dandara). A escolha por parte dos colegas de a colocarem em um lugar subalterno causou indignação, não foi naturalizado pela criança e a importância da intervenção da professora e seu olhar atento para que não fosse banalizado em Dandara esse sentimento ou como Paula se empodera de sua condição e logo assevera que é uma rainha.

Aqui já de antemão pensamos como os feminismos são plurais e devem assim ser, por isso a urgência de uma educação antirracista e feminista. Podemos perceber como a hierarquia dos tons de pele determinam os lugares socialmente aceitáveis para as crianças desde tenra idade habitarem (Soares *et al.*, 2023, p. 150): “ainda está presente no debate sobre a chamada *mestiçagem no Brasil* que na verdade buscava uma forma de embranquecer a população. O discurso racista presente no Brasil do século XIX e XX estabelecia superioridade do branco sobre o pardo e do pardo sobre o negro”. Entende-se que essas atitudes reproduzem o racismo estrutural e o consolidam cognitivamente no imaginário social; desconstruir essas imagens que reproduzem o encaixe dos papéis que a população negra historicamente foi obrigada a ocupar permite tensionar o que Davis (1997, p. 9) discute acerca dos feminismos plurais e de como a diferença pode ser uma porta criativa para a convivência e transformação social:

O desafio consiste em saber como trabalhar com as diferenças e contradições. A diferença pode ser uma porta criativa. Nós não precisamos de homogeneidade nem de mesmice. Não precisamos forçar todas as pessoas a concordar com uma determinada forma de pensar. Isso significa que precisamos aprender a respeitar as diferenças de cada pensar, usando todas as diferenças como uma "fagulha criativa", o que nos auxiliaria a criar pontes de comunicação com pessoas de outros campos.

Essa “fagulha criativa” proferida por Angela Davis nos permite retornar ao papel da arte na formação das crianças e infâncias negras. Assim como a importância dos artistas na construção dessas pontes de comunicação, seus gestos estéticos trazem outras formas de abordar a história do racismo estrutural e institucionalizado. Oportunizam não somente diagnosticar a herança nefasta do patriarcado branco, mas também ressignificar esses lugares. A obra de Rosana Paulino, Chimamanda Adichie, Grada Kilomba, Sergio Adriano H, só para citar alguns, denunciam esse lugar do preconceito racial historicamente colocado, ao mesmo tempo que se tornam expoentes de uma representatividade negra na arte contemporânea, mesmo que essa visibilidade ainda seja muito recente.

Davis (1997, p. 7) enaltece o papel do artista na luta política, pois a arte apresenta essas questões de um outro lugar, na esfera do sensível e das subjetividades. A obra de arte produz uma alteridade no campo estético, na produção de imagens que nos levam à ressignificação crítica, mas também criativa: “colocar uma nova consciência, uma vez que eles têm recursos visuais e performáticos, usam o corpo como forma de expressão artística, enfim, possuem modos de dizer as

coisas que o discurso político não dá conta”. Claramente, Angela Davis nesta mesma conferência critica a imagem do artista como um “fazedor de entretenimento” e traz a importância do seu gesto artístico como um potente lugar político, a arte não pode perder de vista seu caráter ético-estético.

Considerações Finais

*“Negam que aqui tem preto, negão
 Negam que aqui tem preconceito de cor
 Negam a negritude, essa negação
 Nega a atitude de um negro amor
 Mas pra todo canto aonde com você eu vou
 Com o canto do olho lançam setas de indagação
 Ainda não sabem, mas sabemos que a opressão
 É a falta de pressa do opressor pedir perdão
 A quem não perdeu tempo e há muito tempo perdoou, ôôô!
 Mas nunca esqueceu, não.”
 (Negão, Chico César)*

Encerramos nossa reflexão sem esgotá-la, pois, como nos lembra Chico César em sua música *Negão*, ainda temos um longo percurso pela frente, e o “mito da democracia racial” ainda impera em um país em que o opressor ainda não pediu perdão. Não podemos recair na prática costumeira de enfiar para debaixo do tapete a barbárie cometida neste país aos povos originários, africanos e aqueles que lutam e lutaram por condições dignas de vida. Como é o caso da colonização, da escravização, dos crimes bárbaros cometidos durante a ditadura militar no Brasil, das infâncias negras ceifadas nas periferias desse país. Manter viva a memória é um ato de coragem, ainda mais quando nos alimentamos de formas para combater que esses crimes continuem a existir e ceifem as possibilidades de vida de quem subverte a norma e não aceita mais ser colonizado.

Tratamos ao longo dessas páginas de alinhar a importância da formação estética para as crianças negras e suas infâncias, seus corpos e representatividades. Abordar artistas que em suas obras trazem de forma ético-estética a história da escravização e as ressignificam, como Rosana Paulino, ao se debruçar no papel da ciência para a legitimação das práticas eugenistas, escolhe abordar esteticamente um momento tão duro de seus ancestrais. Paulino humaniza aqueles que não tiveram nenhuma oportunidade de uma vida digna, é como se ela devolvesse a humanidade devastada pelo olhar escravocrata. Chimamanda Adichie em outro país, continente, nos lembra que existem muitas histórias e escutá-las é manter a “fagulha criativa” que Davis nos orienta.

Não podemos esquecer que uma formação humana que preze pela vida dos sujeitos necessita estar direcionada para uma justiça cognitiva, curricular e social que baliza diferentes epistemologias e oportunidades de escolha de vida. A ciência e a arte possuem um papel fundamental nesta construção, imagem e conhecimento constituem as balizas de uma sociedade. Não é à toa que o

preconceito racial se estabelece de forma fenotípica, os tons da pele importam mais que a genética, desconstruir esse olhar é uma tarefa cotidiana de desconstrução do mito da universalidade heroica branca.

Por isso, não esquecermos do conceito de branquitude como categoria social que precisa ser explorada e discutida conjuntamente com os documentos norteadores das ações afirmativas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é uma importante conquista de nosso século. Mas ainda pouco explorada nas universidades e espaços escolares, todas(os) as(os) professoras(es) deveriam ter esse documento como norteador de suas práticas, se quisermos formar crianças com a consciência de que seus destinos não estão traçados na maternidade.

Referências

- ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, F.; RODRIGUES, T.C. A criança negra, uma criança e negra. *In*: ABRAMOWICZ, A.; GOMEZ, N.L. (orgs.). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- ABRAMOWICZ, A.; SILVEIRA, D.; SIMIÃO, L. Imagens de crianças e infâncias: a criança na iconografia brasileira dos séculos XIX e XX. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 29, n. 1, 263-293, jan./jun. 2011.
- ADCHIE, C. **O perigo de uma única história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ARAÚJO, M.; GOMES, N.L. Infâncias e relações étnico-raciais: a tensa luta pela garantia dos direitos em tempos antidemocráticos. *In*: GOMES, N.L.; ARAÚJO, M. de (orgs.) **Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2023.
- BRASIL. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD, 2004.
- BRASIL. MEC. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.
- CATÁLOGO PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Rosana Paulino: a costura da memória**. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2018.
- CÉSAR, C. **Música Negão**. Disponível: <https://www.letas.mus.br/chico-cesar/negao/>.> Acesso em: 14 abr. 2023.
- CUNHA, E. **Corpo, afeto, rasura: apropriações da adversidade**. Disponível em: <https://revistausina.com/2023/04/11/historia-natural/>. Acesso em: 12 mar 2023.
- DAVIS, A. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. Disponível em: https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/?amp=1&gclid=Cj0KCQjwho-1BhC_ARIsAMpgMofn0npuCdLH39BPPRW8iC_DXjDeJeBIHknVQRIA3OJmZfhZfqtkh-AaAqw2EALw_wcB. Acesso em: 12 maio 2023.
- HAAG, C. **As fotos secretas do professor Agassiz**. Disponível: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-fotos-secretas-do-professor-agassiz/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

LOPES, A.L. Currículo, escola e relações étnico-raciais. *In: Educação Africanidades Brasil*. Brasília: MEC; SECAD; UnB; CEAD; Faculdade de Educação, 2006.

MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO (MASP). **Catálogo exposição histórias da infância**. São Paulo: MASP, 2015.

PAULINO, R. **A arte de humanizar mulheres negras**. Disponível: <https://primeirosnegros.com/rosana-paulino-e-a-arte-de-humanizar-mulheres-negras/> Acesso em: 12 abr. 2023.

PAULINO, R. **A experiência do corpo colonial nas obras “assentamento” e “é possível ser tão feliz?”** 2013. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/arte/artista/rosana-paulino/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

PAULINO, R. **Ancestralidade, território e ciência**. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/arte/artista/rosana-paulino/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

PAULINO, R. **Somos muito ingênuos em relação ao poder da imagem**. Disponível: <https://www.ufrgs.br/jornal/somos-muito-ingenuos-em-relacao-ao-poder-da-imagem-afirma-rosana-paulino/> Acesso em: 25 maio 2022.

PINHEIRO, B. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

REBOUÇAS, P. *et al.* Ethnoracial inequalities and child mortality in Brazil: a nationwide longitudinal study of 19 million newborn babies. **Lancet Glob Health**, v. 10, n. 10, p. e1453-e1462, 2022.

SOARES, A.; FEITAL, L.; MELO, R. Lutas antirracistas: a voz de meninas negras na educação infantil. *In: GOMES, N.L.; ARAÚJO, M. de (orgs.). Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa*. Petrópolis: Vozes, 2023.

US DEPARTMENT OF EDUCATION. Office on Civil Rights. **2013-2014 civil rights data: a first look**. 2016. Disponível em: <https://www2.ed.gov/about/offices/list/ocr/docs/2013-14-first-look.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

VIEIRA JUNIOR, I. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.